ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 8 DE SETEMBRO DE 2017 ---

Aos oito do mês de setembro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. ----------

PRESENÇAS: ----------

Faltaram à presente sessão os membros municipais João Armando Saraiva Pereira de Almeida e Marília Coelho Ribeiro Costa, tendo apresentado as devidas justificações, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas. ----------

A deputada municipal Maria Fernanda Lemos da Cunha, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Jorge da Silva Miguel. ----------

O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por António Joaquim Aguiar. ----------

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros, José Pinto Queirós, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Salvador Carvalho Barroso. ----------

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. ----------

ABERTURA DA REUNIÃO ----------

Face à ausência da Primeira Secretária da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, interinamente, e para esta reunião, o senhor deputado Artur Jorge da Silva Miguel para desempenhar as funções de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. ----------

Pelas dezoito horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião. ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer a todos, sendo esta a última sessão deste mandato, que foi um prazer estar aqui com os senhores deputados durante estes quatro anos. Espera que aqueles que continuam no próximo mandato tenham sucesso e tenham aprendido alguma coisa neste mandato para que seja melhor e mais frutífero no próximo mandato. São esses os seus votos. Agradeceu a todos a compreensão e o entendimento que tiveram nestas sessões que ao longo de quatro anos teve o prazer de dirigir. ----------

Antes da ordem do dia ----------

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município ----------

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para fazer uma interpelação à Mesa, mais uma vez, e que vai ao encontro das palavras agora proferidas pelo senhor Presidente da Assembleia, que para haver um bom ambiente numa Assembleia e para que ela seja produtiva é importante e necessário que não se coloquem aqui questões pessoais e o senhor Presidente da Assembleia tem dito sempre que não tem tido tempo de dizer ao senhor Presidente da Câmara que não pode falar num assunto. Mas na última Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, por duas vezes, questionou a sua situação profissional. É inaceitável que se coloquem aqui questões do foro pessoal ou de outra natureza. O senhor Presidente da Assembleia, na segunda intervenção do senhor Presidente da Câmara, continuou sem fazer qualquer chamada de atenção ao senhor Presidente da Câmara. Referiu que não aceita humilhações e que se retirou da Assembleia porque sentiu que já não podia ser dono das suas atitudes porque o formulário da sua situação profissional um dia irá responder, mas em local próprio, não vai ser aqui. Há tempo para essas oportunidades e pediu ao senhor Presidente da Assembleia, mesmo que seja o próprio a fugir aos assuntos da Assembleia, que lhe peça para não tocar no assunto ou seja qual for a natureza. Mas também pediu ao senhor Presidente da Assembleia, para que esta Assembleia tenha um bom nível elevado e de interesse para os cidadãos e para o público, que não permita que o senhor Presidente da Câmara tente aqui humilhar e achincalhar qualquer pessoa. ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Junta que não é, nem nunca foi essa a intenção, permitir o que quer que seja só que, tal como o senhor deputado sabe, também o faz, não controlamos muitas vezes o que as pessoas dizem, quando vão falar não sabemos e não tem aqui nenhum botão para cortar a palavra às pessoas porque muitas vezes chamou a atenção e os senhores deputados continuaram a falar, ou seja, cortar a palavra significava tirar o som para perceberem que não devem continuar por aquele caminho. Este lugar é de facto um lugar de discussão política, ativa, trabalho, em prol do bem do município e não de facto o local de discussão política pessoal. Sabe perfeitamente que esse não deve ser o caminho a seguir e não é essa a sua intenção e que o senhor deputado pode ter a certeza que nesse campo isso não vai voltar a acontecer. Mas também acrescentou que esse é um respeito que todos têm que cumprir. ----------

O senhor deputado Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para dizer que hoje será aquela que é a última intervenção nesta Assembleia, com esta constituição, após as próximas eleições outra será eleita. E como em qualquer fim de ciclo é tempo de fazer balanços, fazer avaliações e tirar conclusões. Para si, que com certeza no próximo mandato não fará parte desta Assembleia enquanto deputado municipal, é importante fazer uma avaliação, ainda mais profunda, destes quatro anos de mandato. E enquanto membro desta Assembleia Municipal não sai daqui com a sensação do dever cumprido, não sai daqui com a convicção de que tudo o que podia ser feito foi feito, muitas vezes por impossibilidade de preparar com mais profundidade os pontos de trabalhos, mas muitas outras vezes pela informação ser opaca ou pouca. Mas também, e isso é o que mais o constrange, porque a Assembleia, no seu todo não está a fazer o trabalho que lhe compete. Esta Assembleia, onde se inclui e começou por enumerar a sua quota de responsabilidade, não está a fiscalizar o governo deste município pelo executivo municipal. Primeiro, porque demasiadas vezes se assiste a questões não respondidas, requerimentos não respondidos e quando respondidos com respostas inócuas ou inconsequentes. Tudo que foi necessário para passar nesta Assembleia foi aprovado sem que houvesse uma discussão franca e profunda de cada tema. E era essa a função. Diz de forma honesta e transparente para cada um de nós (nós refere-se aos deputados municipais) porque tem confiança e amizade com todos e

isso permite-lhe fazer esta observação onde não só atira culpas mas também as partilha. Isto porque a Assembleia não pode ser apenas um órgão de confirmação do executivo mas antes um órgão de fiscalização. E com isto espera que no próximo mandato isso possa suceder, com os membros que constituirão a próxima Assembleia que possam fazer um trabalho mais exigente e mais profundo. Outro apontamento, mas não de menor importância, e todos o entenderão, é que a discussão política nesta casa nunca poderá deixar de ser política e passar a ser uma discussão a nível pessoal. Não se revê na Assembleia quando aconteceu e não foram raras as vezes. E nesse campo, congratula-se com o facto de sair daqui com a mesma amizade com que entrou porque ideias políticas diferentes não podem ser motivos de incompatibilidades pessoais. E ainda tem que fazer também uma avaliação ao que foi o governo municipal deste executivo e mistura aqui a opinião pessoal e a opinião política. Considera que Mondim está pior hoje que estava há quatro anos atrás e há oito anos atrás e quando diz que está pior não se refere em termos de evolução do perímetro urbano ou em termos de infraestruturas. Pouco melhor está mas mal seria se neste campo não houvesse evolução. Quando se refere a Mondim, refere-se enquanto sociedade, com ou sem condições de fixação da população, e neste campo, com todo o respeito pela opinião contrária, Mondim está a morrer. Todos nós constatamos as debandadas de população que existe no fim de cada período de férias. O que se segue a agosto em Mondim é deprimente porque não se veem, não há pessoas. Nestes últimos oito anos não houve criação de condições para fixar população e isso só se consegue com a criação de emprego e emprego é matéria em que este executivo, na sua opinião, tem a nota mais negativa porque em matéria de emprego o executivo falhou redondamente. Não é justificação recorrer à conjuntura nacional para justificar a conjuntura local. Cada uma são realidades diferentes. Nós falhamos na criação de emprego e diz nós porque nós estamos na oposição, também somos parte deste governo. Mas não somos nós, a oposição, que assumimos a maior cota de responsabilidade no que a esse campo diz respeito. A pergunta que lá fora se faz e que todos colocam é o que fazer para inverter esta situação. Mas aqui dentro colocava outra pergunta: o que é que se fez para inverter esta situação e, se é que se fez alguma coisa, onde é que estão esses resultados. Nestes quatro anos, principalmente nestes últimos dois, foram presenteados com uma nova

forma de cerimônias. Já não se fazem só cerimônias de inauguração de obra feita. Agora fazem-se cerimônias para apresentação de projetos, alguns nunca passaram disso mesmo. Assiste-se, e isso é demasiado evidente na comunicação do executivo, nomeadamente através da Primavera, que se faz política com a criação de uma ilusão futura. Hoje, a propaganda do município é o futuro, mas pergunta: onde o é que está o presente? Qual é a inovação do presente? É que é o presente que cria o futuro; de outra forma não sabe como é que será possível. O que o presente mostrou são situações que nunca deveriam ter sucedido e enumerou aqui apenas duas: nunca deveria a candidatura para a beneficiação do Campo de Futebol do Atei ter sido recusada ou ter, por razões que todos conhecem, não ter sido aprovada como foram centenas delas por esse Portugal fora. Qual foi a razão? Porque é que teve o município que arcar com esse prejuízo quando podia ter beneficiado de financiamento comunitário. E também chamou aqui à coação o porquê de dois concursos públicos para o início das obras na escola secundária, também por circunstâncias que pelo menos o próprio desconhece, também não terem chegado ao fim e não ter havido apresentação de propostas para execução das obras. Dois concursos públicos. Ambos foram um insucesso. E contrariamente ao que se faz valer na propaganda municipal, a única que está em curso neste momento é a requalificação dos Bombeiros e que não é uma obra do município. Estamos a falar de uma obra de alguns milhões de euros em que o município comparticipa com 35 mil euros. Portanto essa é a realidade e é devida à Associação Humanitária, se o município contribuiu, e sim, e bem, é seu dever mas não pode tirar o mérito da obra a quem o tem. Ou seja, nestes últimos tempos tivemos duas grandes obras a realizar no município em que existiram problemas nos procedimentos. Perguntamos como é que é possível. Como é que é possível haver este tipo de falhas e algumas com prejuízos de milhares de euros. Senhor presidente como é que vai ser este ano o inverno na escola? Está assegurado? Não está? Vamos ter mais greves realizadas pela Associação de Pais ou não? Para finalizar, falou sobre aquela que também foi apelidada de obra do século, a da Via do Tâmega. É de desacreditar que a mesma venha mas mesmo assim fez a pergunta mais uma vez: já foi iniciado algum procedimento para a adjudicação do projeto? Outra falha redonda, na sua opinião, foi a realização da etapa da Senhora da Graça durante a semana. Qual é o objetivo? Se é matar a prova

rainha está-se no bom caminho. O que é que falhou neste executivo para que ela fosse à semana e não ao fim de semana como sempre foi? E porque razão é que esta etapa está a ir para Fafe? É que para aqueles que andam mais distraídos Fafe está a apostar muito forte naquilo que é a Volta a Portugal em bicicleta e nós parece-lhe que estamos a dormir. Já se perdeu muita coisa, não se pode perder mais esta. E aqui muito havia para falar mas para terminar Mondim não está bem e já se sabe disso há muito e quanto mais tempo se demorar a fazer o que tem de ser feito mais tempo se vai demorar a recuperar a importância desta vila. E seja quem for o próximo Presidente eleito que pense nisso. -

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que, relativamente ao requerimento que o CDS apresentou por causa da fatura da escola de Ponte d'Olo, tinha recebido a resposta a dizer que durante cinco anos a autarquia esteve a pagar a conta dessa escola. A resposta que recebeu menciona que foi um lapso. Para uma Câmara que arroga tanto rigor e transparência, considera que cinco anos de lapso é muito tempo, é um desleixo, é uma falta de responsabilidade. No entanto ficou satisfeito por a Câmara ter reconhecido esse erro. Fica satisfeito por saber que contactaram o proprietário e que este disse que iria reembolsar toda a quantia e gostaria de saber ao certo qual foi o montante durante cinco anos que a autarquia pagou da conta da luz dessa escola. Deixou a sugestão, caso o executivo queira, que relativamente ao caso duma família que apresentou aqui que está há mais dois anos sem luz elétrica, que é inadmissível nestes tempos, que esse dinheiro reverta para solucionar o problema dessa família. Relativamente à Via do Tâmega, também gostaria de saber se o senhor Presidente da Câmara tem mais alguma informação acerca do projeto da Via do Tâmega. Também gostaria de ter uma explicação mais clara sobre o concurso da escola que falhou, não é aquela informação que o município apresentou nos seus meios de comunicação, é contraditória a tudo e basta falar com alguns empreiteiros que concorreram ao concurso pelo que gostaria de ter uma explicação mais clara e não uma explicação que não tem qualquer fundamento. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia, questionou se estava de acordo, se pactuava ou não, com a publicidade que o senhor Presidente da Câmara está a fazer em pleno período eleitoral (Boletim da Primavera, Jornal Voz de Trás-os-Montes, cartazes publicitários lá fora de obras

futuras, inaugurações). Gostaria de saber se o senhor Presidente da Assembleia está ao corrente ou não, se já deu conta ou não, e se vai tomar conhecimento do que se passa e, é claro, só no próximo mandato, se estiver aqui, terá a responsabilidade de dar resposta a esta Assembleia se a atitude do senhor Presidente da Câmara está a ser correta ou não. O CDS apresentou uma queixa, como já é público, ao Centro Nacional de Eleições a pedir para averiguar. Considera que podem estar enganados mas que não há nada como pedir a informação à entidade máxima. ----------

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que iria dar resposta a algumas questões colocadas pelo senhor deputado Francisco Ramos. Entende que o senhor deputado fez algumas considerações de discussão política, pessoal e não quer entrar nessa dimensão. Cada um põe os seus próprios limites à sua consciência, também tem os seus, mas tem que dizer que a interpretação que o senhor deputado faz do papel da Assembleia diminui o próprio papel da Assembleia, ou seja, a Assembleia não é um órgão fiscalizador. A Assembleia tem competências próprias. Ao atribuir à Assembleia o papel de fiscalização da Câmara está a diminuir o papel do órgão da Assembleia e o papel de cada um dos deputados. Lembrou, por exemplo, que compete à Assembleia Municipal aprovar o orçamento, ou seja a Assembleia não é um órgão de fiscalização. A Assembleia tem competências próprias, tem autonomia, tanto que são eleitas as listas em órgãos separados e parece-lhe que há aqui uma confusão, salvo melhor opinião, sobre o papel da Assembleia Municipal. Nem o Presidente da Assembleia Municipal é um fiscalizador da atividade do município. O Presidente da Assembleia Municipal dirige um órgão que tem competências próprias e que estão definidas na Lei. Por isso parece-lhe, salvo melhor opinião, que há uma grande confusão acerca do papel da Assembleia Municipal, diminuindo-a dos seus poderes. Considera que a consideração que o senhor deputado fez sobre Mondim estar pior tem sido uma discussão recorrente mas sem concretizar e que já que se falou em desemprego, referiu que iria partilhar com os senhores deputados os últimos dados do desemprego - dados oficiais. É claro que cada desempregado é um problema, bastava haver um desempregado para ser um problema, mas não se pode é dizer que Mondim tem mais desemprego do que os outros municípios quando os dados, que são oficiais, dizem exatamente o contrário. Em janeiro de 2017 o concelho de Mondim tinha 479 inscritos no Centro de Emprego. Em

junho, são os últimos dados, tem 375. Não são dados inventados. Há uma diminuição de vinte e dois porcento. Vamos comparar com os municípios vizinhos: Celorico tinha 1000 inscritos, agora em junho tem 1097, tem mais um porcento. É que não se pode dizer que está a aumentar em Mondim e a diminuir em Celorico porque os dados dizem exatamente o contrário; Cabeceiras tinha 1031, passou para 936, tem menos dez porcento; Ribeira de Pena tinha 336, passou para 302, menos onze porcento. Ou seja, dos quatro municípios, Mondim de Basto foi o concelho é que o desemprego mais desceu. Isto são dados que qualquer pessoa pode confirmar. Não confirmam as teorias. Mas são dados e não se podem dizer coisas que se desconhecem e falar sobre suposições e números pois os números são estes. São dados oficiais do Centro de Emprego e portanto Mondim desceu vinte e dois porcento no número de inscritos. Claro que estas 375 pessoas que estão desempregadas em Mondim são um problema e é para estes que se tem de trabalhar. Não se pode é dizer que Mondim tem mais desempregados do que nos outros sítios porque os números demonstram exatamente o contrário. Relativamente à referência que o senhor deputado fez à ilusão futura disto que vem, presume que se referia aos projetos que vêm aqui na revista. É ilusão futura candidaturas que estão aprovadas? Os bikeroads são uma ilusão futura? Estão lá as placas. A rota dos miradouros é uma ilusão futura? Está executada. O PR3 é uma ilusão futura? Só é ilusão futura para quem ainda não o fez pois está lá executado. Duas candidaturas que estão praticamente executadas, é uma ilusão futura, senhor deputado? É uma ilusão futura o Mondim Coopera que tem a candidatura aprovada? É uma ilusão futura o projeto da escola? Candidatura aprovada, financiamento do Estado assegurado, financiamento da Câmara assegurado, é uma ilusão futura? É uma ilusão futura que a Câmara submeteu uma candidatura para a requalificação dos prédios amarelos e que ainda não está aprovada? É uma ilusão futura que se meteu uma candidatura para os passeios para a Serra, Pedra Vedra e Vilar de Viando, que está aprovada e que só falta fazer o concurso público? É uma ilusão futura que a Câmara tem desenvolvido esforços e que tem um projeto para submeter a candidatura da Casa da Cultura, que tem um ponto mais à frente da ordem de trabalhos para a aquisição da Casa da Cultura? Referiu que poderia continuar aqui uma série de ilusões futuras mas já que se falou em ilusões futuras decidiu falar de uma ilusão que querem fazer passar de que é uma ilusão futura:

a variante do Tâmega. Em 4 de setembro de 2017 saiu no diário da república a autorização do Ministério das Finanças para as Infraestruturas de Portugal lançarem a obra, a autorização e o concurso será lançado dentro de uma ou duas semanas. É uma ilusão futura? Lamentou desiludir os profetas da desgraça mas referiu que dados são dados e esta Portaria do dia 4 de setembro está assinada pelo senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e autoriza as Infraestruturas de Portugal a lançar o concurso. E, acrescentou que, quando o senhor deputado falou no emprego e no que é que o executivo fez para trazer empresas e emprego, esta é mesmo a obra do século. É que, depois de este executivo ter lutado incansavelmente para conseguir a obra, a obra vai ser feita já no próximo ano. Esta obra está com financiamento assegurado e vai ser executada além de todas as outras que estão aqui. Falar no futuro é muito bom, projetar o futuro, dar esperança e confiança às pessoas é o papel também dos políticos. Relativamente ao Campo de Futebol de Atei, referiu que não percebia o que é os senhores deputados tinham contra o campo de futebol do Atei mas que no outro dia esteve lá e estavam lá muitos políticos em altura de campanha eleitoral. Nunca ligaram ao campo de futebol, lutaram contra o campo de futebol, disseram cobras e lagartos do campo de futebol mas estavam lá agora em altura da campanha eleitoral e alguns nem sequer sabiam que o campo estava relvado. O campo de futebol está lá, as crianças estão lá a jogar, o Atei tem equipa e se fosse hoje este executivo voltava a fazer exatamente o mesmo. É um benefício para a freguesia e o senhor deputado Francisco Ramos votou contra o campo de futebol. Sobre o concurso da escola, referiu outra ilusão que tentaram passar foi que o concurso ficou deserto. Não é verdade. A Câmara fez em devido tempo um concurso, com todos os procedimentos legais, tudo de forma correta, e o concurso ficou deserto. Colocou a seguinte pergunta: foi só em Mondim que ficou deserto? Tem conhecimento de algum outro município onde tenha acontecido o mesmo? Referiu que para o mesmo concurso, e câmaras do PSD, com outros gabinetes, com outros projetos, ficaram desertos: Valença, Maia, Vieira do Minho, Trofa, Póvoa de Lanhoso e Vinhais - tudo concursos que ficaram desertos. Questionou como é que podem acusar a Câmara de ter sido incompetente, para já não acusariam nunca o Presidente do executivo, estão a pôr em causa quem fez o projeto, os técnicos da Câmara, quem fez o procedimento. Como é que são capazes de acusar

quando isto está a acontecer por todo o país: situações exatamente iguais a Mondim que abriram concurso e os concursos ficaram desertos. Explicou que o que aconteceu, para as pessoas perceberem, é que neste momento os valores de mercado estão vinte a trinta porcento daquilo que estavam há um ano ou dois atrás e as empresas não têm subempreiteiros, as empresas não têm mão-de-obra e os preços dispararam. Foi isso que aconteceu, não houve nenhum erro da câmara. A Câmara manteve o preço base, e bem, não tem condições de aumentar o preço base porque tem um valor contratualizado e se aumentar o preço base essa diferença tem que ser suportada pelo orçamento da Câmara. Ninguém imagina que a Câmara poderia aumentar num milhão de euros o preço base e suportar esse milhão de euros no orçamento da Câmara porque esta não tem esse dinheiro. O que a Câmara irá fazer, o que as outras Câmaras irão fazer também, é ajustar o projeto face ao mercado. É a lei do mercado que está a funcionar, neste caso a desfavor da Câmara. Mas rejeita completamente e acha que é de uma desinformação, de uma falta de honestidade e de falta de verdade dizer que foi incompetência quando isto está a acontecer por várias Câmaras do país. Dizer que é uma incompetência, um desleixo, é absolutamente falso, é errado e não corresponde à verdade. Sobre o concurso da escola pensa que toda a gente percebe que o que aconteceu é o que está a acontecer no país de uma maneira geral: excesso de oferta de obras, falta de mão-de-obra, falta de subempreiteiros e há vários concursos que estão a ficar desertos. Aproveitou para dizer também ao senhor deputado, pedindo desculpa por fazer esta referência, que não está informado pois a cobertura da escola foi resolvida o ano passado. Esta obra não interfere na cobertura da escola. O ano passado foram gastos cento e sessenta mil euros na cobertura da escola. Lamentou dizer-lhe isto, não querendo ser deselegante com o senhor deputado mas considera que este acabou de mostrar que se prepara mal para as assembleias. O ano passado foi feito durante a pausa letiva um investimento que resolveu o problema da cobertura na escola. O facto de esta obra ser adiada não tem nada a ver com o problema da chuva na escola. Finalmente, e relativamente à Volta a Portugal, referiu que tinha de fazer mais uma correção: não foi em Fafe que terminou a Volta, foi em Castelo Branco. A diferença não é muita, são duzentos e tal quilómetros. Explicou que a Volta a Portugal ocorreu numa terça-feira, contra o acordo da Câmara, naturalmente que não foi do seu agrado,

foi uma opção técnica da organização da prova que tem essa responsabilidade. O contrato está feito por três anos, nem sequer houve uma disputa em termos de verba. Não foi nunca colocada à Câmara a possibilidade de aumentar a verba para poder ter ao fim- de-semana. Isso nunca aconteceu. O contrato foi feito em 2015 e termina este ano. O facto de a volta ter sido à terça-feira, que teve menos gente como toda gente sabe, foi uma responsabilidade exclusiva, assumida na comunicação social, da organização da etapa. Atribuir à Câmara Municipal qualquer falta de empenhamento é falso. A Volta a Portugal em bicicleta costuma passar na Senhora da Graça no segundo ou primeiro domingo e termina num domingo. Este ano passou numa terça-feira e terminou numa terça-feira: tem a ver com questões de calendário da prova e da organização. Tentar atribuir à Câmara qualquer responsabilidade ou dizer que esta não se empenhou é falso e só por má-fé se pode dar a entender o contrário. Terminou pedindo desculpa pela ousadia por repetir mas que a obra do século vai mesmo avançar. ----------

O senhor deputado Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para dizer que falou em ilusão futura e que também foram assistindo aqui, ao longo desses quatro anos, naquilo que é a ilusão da palavra em que colocando a discussão ao lado daquilo que é perguntado tenta-se baralhar quem ouve. Quanto à questão da competência da Assembleia, cada um dos deputados sabe exatamente qual é a sua competência, e sim, uma das competências desta Assembleia é fiscalizar politicamente a ação do executivo. É um entendimento e se há quem tenha entendimento diferente respeitá-lo-á. Quanto ao desemprego, referiu que, efetivamente, num sítio onde não há pessoas é natural que surjam os números que o senhor Presidente da Câmara referiu. Cada um dos emigrantes que saiu, cada um dos nossos familiares que saiu desta terra não está aí nessa contabilidade. Parece-lhe que quando interessa chama-se à discussão aquilo que são os concelhos vizinhos e que se podem andar com números mas aquilo que o PSD trás aqui não são teorias, são constatações. Todos nós andamos à noite em Mondim, todos nós contactamos com os comerciantes, com os industriais. Mondim está vazio e o desemprego é de baixa percentagem porque não há pessoas. Aquilo que se pergunta é sobre a criação de emprego pois é isso que traz pessoas, é isso que fixa cá as pessoas. Só assim é que se consegue inverter senão cada vez saem mais e cada vez mais os números do desemprego vão diminuir. Quanto à questão da obra do século,

considera que o senhor Presidente da Câmara tem uma ideia muito errada daquilo que são os mondinenses e principalmente do próprio deputado enquanto mondinense. O senhor Presidente da Câmara não está mais contente ou menos contente do quo o deputado se efetivamente essa obra vier. Os mondinenses estão é desconfiados de tudo e de todos uma vez que o historial de promessas desta obra é longo. Se efetivamente ela vier certamente que os parabéns e a competência que o senhor Presidente da Câmara pode ter colocado nesse processo ser-lhe-á reconhecido. Por si será certamente reconhecido pois nunca colocará aquilo que são os interesses deste concelho à frente do que é luta política. Portanto que nunca seja posto em causa aquilo que é o interesse fidedigno do concelho. Quanto à questão do concurso, referiu que se muitos ficaram desertos razões haverá e o que perguntou foi quais foram as razões e acrescentou que a palavra incompetência foi utilizada pelo senhor Presidente da Câmara. Perguntou por que razão ficou deserto. Quanto ao campo do Atei relembrou que não votou contra. O que o PSD perguntou foi que soluções foram encontradas para o financiamento. Foi isso que aqui foi discutido, nunca se o campo devia ou não ser construído. Há que informar devidamente as pessoas. Quanto à questão da honestidade, nesse campo está muito bem e de consciência tranquila. ----------

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que a leitura do desemprego tem muitas leituras e perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se o desemprego está a baixar, onde é que estão os jovens e onde é que está a população ativa deste concelho. Referiu que gostaria que o senhor Presidente da Câmara desse esses dados concretos, mostrasse o que cresceu de comércio e de indústria. Acrescentou que a autarquia comprou um pavilhão para atrair investimento mas que, pelo menos até maio, não poderá vir nenhuma empresa porque está ocupado pelos bombeiros. Pediu ao senhor Presidente da Câmara que lhe dissesse qual foi a empresa que conseguiu trazer para Mondim de Basto em oito anos, quantas lojas de comércio aumentaram em Mondim de Basto e onde é que estão os jovens. Quanto à via do Tâmega, referiu que se ela vier muito bem porque ela é bem necessária e o senhor Presidente da Câmara, durante o governo da coligação, veio tantas vezes para a comunicação ameaçar que ela era urgente e necessária, que estava cansado de esperar,

que ia para tribunal. Considera que se Mondim está deserto é culpa do senhor Presidente da Câmara porque Mondim poderia já ter a via do Tâmega em 2013 pois o protocolo de 2010 que foi assinado com a EDP dizia "as partes comprometem-se a fazer todas as ações necessárias tendo em vista a completa conclusão da obra até final de 2013". O senhor Presidente nunca obrigou o Estado e a EDP a concluir a via do Tâmega que era tão necessária para desenvolver Mondim de Basto. Mondim perdeu cinco anos e agora no protocolo de 2017 o senhor Presidente revogou essa cláusula. Agora espera que essa comunicação seja uma realidade. Mondim está tão cansado dessa história que só vamos acreditar quando virmos as máquinas no terreno. Até lá, tudo para si e para os mondinenses é um fantasma. ----------

O senhor Vereador Paulo Mota usou da palavra para prestar um esclarecimento relacionado com a questão que foi levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto e que diz respeito ao pagamento da energia de um imóvel – Escola de Ponte d'Olo – adquirida pelo Dr. Jorge Rabiço e julga que esta questão merece ser bem esclarecida até porque, como todos perceberam, se trata do filho da senhora Vereadora. Este assunto foi despoletado internamente pela Câmara Municipal e é verdade que, por coincidência, ou não, passado uma semana a Câmara recebeu um ofício e a Assembleia também do CDS-PP. Como o senhor Presidente da Câmara o referiu, foi um procedimento interno que levou a verificar a situação e que no momento em que se deu resposta ao ofício se mantinha. Foram feitos desde então inúmeros contactos com a EDP para tentar perceber se assim é, mais que não seja inclusive para apurar os valores que teriam sido pagos pela Câmara para que o proprietário da escola pudesse ressarcir a Câmara e, diga-se de passagem, que no momento em que foi identificada esta situação, a autarquia recebeu imediatamente um ofício do proprietário para se voluntariar a pagar. Portanto acha que ninguém coloca em causa essa mesma vontade e, dirigindo-se ao senhor Presidente de Junta, referiu que quando toda a informação estiver reunida será entregue e se for necessário serão usadas outras formas para que toda a gente fique esclarecido. Referiu que neste momento e só esta semana e depois de muito se procurar para tentar perceber exatamente os valores que a Câmara pagou para que pudessem ser ressarcidos, se verificou que o contrato, logo a seguir à venda da escola, passou para o atual proprietário e depois, num contrato

novo de fornecimento de energia, celebrado entre a Câmara e a EDP, e aqui é que se identificou o lapso, a autarquia, na lista que enviou voltou a colocar nessa lista a Escola da Ponte d'Olo. O que quer dizer é que até ao momento o que sabem é que efetivamente o contrato transitou e depois, por lapso dos serviços, em 2014 voltou-se a colocar aquela escola porque certamente se fez um copy paste de todos os edifícios que a Câmara tinha pelo que em 2014 esse contrato voltou a transitar para a Câmara. Quando a Câmara respondeu ao ofício não sabia o que é que se tinha passado, se efetivamente poderia ter havido esquecimento e não tivesse transitado para a Câmara mas hoje já se sabe que ele transitou e voltou novamente a ser contratualizado pela Câmara. Importa referir que foi um procedimento interno, a pedido da chefe de divisão, para verificar todos os edifícios e foi nesse momento que se diagnosticou e verificou essa situação. Internamente já se estava a tratar do assunto quando o ofício foi enviado. Terminou dizendo que logo que a autarquia tivesse a informação toda a mesma seria dada a conhecer. ----------

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que não era para falar sobre este assunto, mas uma vez que o senhor Vereador referiu o nome da senhora Vereadora, e bem, e da pessoa que adquiriu a escola, iria usar da palavra. Referiu que ainda há meia hora atrás se falou ali tanto nos ataques pessoais, de elevar o nível da Assembleia (não foi há um ano atrás, foi há meia hora atrás) e aquilo a que se assistiu aqui é que aqueles que disseram uma coisa passado meia hora fizeram exatamente o contrário. Também concorda que a Assembleia Municipal e a política é feita com dignidade, não tem feito outra coisa na sua vida e acha profundamente lamentável que se ponha em causa a seriedade das pessoas. Mas quer dizer que, e está aqui a senhora Vereadora ao seu lado, acha profundamente lamentável que se insinue sequer que a pessoa que comprou a escola agiu mal ou que houve algum erro da Câmara propositado, como se alguém que felizmente vive bem economicamente pudesse sujar a cara, borrar a honra, por algumas centenas de euros. Acha isso profundamente lamentável ao ponto de vir aqui a esta Assembleia Municipal, tem todo o direito de o fazer, não pode é meia hora antes falar em dignidade, falar em questões pessoais, e passado meia hora vir aqui tentar sujar o nome de pessoas honradas e honestas. Isso não podem fazer, isso não têm o direito de fazer e ficou muito claro aqui nesta

assembleia. Não poderia deixar de fazer esta intervenção pois acha muito lamentável que se insinue que alguém deixou de pagar a eletricidade para obter algum favor. Acha isso profundamente errado e profundamente lamentável já que se está a falar de uma pessoa que por acaso é filho da senhora Vereadora e que por acaso é tão ou mais sério que a senhora Vereadora pois tem de berço bons valores. É isso que queria dizer na defesa de uma pessoa que considera muito honrada que está aqui ao seu lado. Acha lamentável que o CDS tenha feito essa acusação e essa suspeição e se o fizerem durante a campanha cá estará também para defender a honra das pessoas. ----------

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que a sua retórica, o seu jeito de querer dar lição de moral não valia nada. Referiu que uma das coisas que fez na sua intervenção foi não falar no nome da pessoa, protegeu o nome da pessoa. Agora o papel de um membro da Assembleia é aquilo que o senhor Presidente da Câmara diz que não é: é fiscalizar também, é uma das competências. Referiu que houve um lapso da autarquia e que se foi coincidência ou não também tanto lhe faz. Acrescentou que não queria dizer mais aqui para não dizerem que está a achincalhar essa pessoa porque há dados que podem ser colocados aqui e não quer. Só quer saber se foi ou não um lapso, se o dinheiro foi reembolsado ou não e relembrar que fez aqui uma proposta. Entende que o senhor Presidente da Câmara, como democrata, não respeita esta Assembleia porque não responde às suas questões, só sabe fazer ataques à sua pessoa, tentar rebaixar a sua pessoa. Às questões pertinentes e às questões do foro da Assembleia o senhor Presidente da Câmara não responde; o senhor Presidente não respeita a democracia apesar de no dia 25 de abril andar com o cravo na lapela. Concluiu dizendo que não falou no nome de ninguém, não tentou achincalhar, conhece muito bem a pessoa, conhece muito bem a família, sabe que são pessoas respeitadoras. Agora como membro na Assembleia, seja amigo seu, seja familiar, seja o que for, se sentir que é uma irregularidade levanta a questão e se a pessoa visada se sente ofendida consigo, paciência, que tenha cuidado. Não está aqui para achincalhar o nome de ninguém. O senhor Presidente da Câmara é que quando foi o caso das viaturas colocou no facebook uma agressão à sua pessoa e teve que se defender porque também tem filhos, tem família. ----------

A senhora Vereadora, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa, usou da palavra para dizer que, de facto, não vinha aqui para falar sobre isto. O seu filho é adulto, responde por ele, mas sente aqui um grande problema que é o seguinte: quando o seu filho comprou a escola, e era fácil saber a escola porque foi a única que foi vendida, logo era fácil saber quem a comprou, passou a luz e a água para nome dele. Quando internamente se fez uma busca a todas as escolas e a todos os edifícios reparou-se num pormenor: é que a luz tinha voltado para a Câmara. Não se percebia porquê. Confrontou o seu filho com essa situação e ele desconhece porque é um empresário, não paga luz, quem paga a luz é a contabilidade. Quando confrontado foi saber e disse não perceber pois tinha passado a luz e a água da escola para seu nome. A senhora Vereadora referiu que pediu ao senhor Vereador que fosse averiguar o que se estava a passar, por que é que isso tinha acontecido. O seu filho logo a seguir fez um ofício a dizer que se isso aconteceu, não sabe porquê, a Câmara tinha que lhe dar uma justificação, assumindo-se pronto a ressarcir a autarquia de todo o prejuízo que tenha tido porque mesmo ele próprio não compreende. Salientou que o problema foi detetado internamente pela Câmara, não foi por ninguém de fora, alguém passou de dentro para fora, mas foi detetado pela Câmara e pela fiscalização de todos os contadores e por isso quando levou a mensagem de que havia aqui um lapso o seu filho disse logo que era impossível pois tinha o pedido que tinha feito em 2013. A senhora Vereadora referiu que ainda não entendeu como é que isso aconteceu mas que queria deixar aqui bem claro que se houve um lapso o seu filho está disposto a pagar logo que a autarquia lhe justifique o que aconteceu e lhe diga quanto deve pagar. Quem é pai e quem é mãe sabe o quanto custa dizer coisas dos filhos e sobretudo quando não há culpa. Lamentou muito que isto tenha vindo a uma reunião da Assembleia o que é de facto lamentável para qualquer pessoa porque isto dá a ideia que houve má-fé, faz passar a mensagem de que havia um benefício e não houve nada, quando foi o próprio executivo que detetou o problema. ----------

O senhor Vereador Paulo Mota usou da palavra para só mesmo dar uma última nota e dizer que de facto o assunto foi despoletado internamente e que, talvez por coincidência, o ofício do CDS deu entrada a posteriori mas queria dizer que, porque este assunto pode ser dado facilmente a suspeições, à data da entrada do ofício do CDS,

o contrato já estava novamente no nome do dono do imóvel. O primeiro passo já estava dado e o contrato já tinha voltado para o titular do imóvel. O ofício do CDS é feito sob ameaça de avançar para as estâncias superiores pelo que julga que ele é feito com outra intenção porque no ofício vem claramente uma ameaça para avançar para estâncias superiores. Portanto se efetivamente todos conhecem a pessoa e acham que não está em causa nenhuma intenção, julga que esse ofício não seria redigido com essa ameaça, seria redigido talvez em forma de questão. ----------

O senhor deputado Armindo Marinho Henrique usou da palavra para dizer que, por uma vez que o senhor Presidente da Junta de Freguesia fez uma intervenção justa, uma intervenção elevada, não culpou ninguém, não falou em nome nenhum, simplesmente culpou a Câmara pelo mau funcionamento em estar a pagar uma luz que não lhe pertence durante cinco anos, não percebia porque é que estavam a arrastar isto para o lado da lama. Referiu que o senhor Presidente da Junta não disse nada daquilo que estão a tentar pôr na boca dele, não culpou o filho da senhora Vereadora, culpou simplesmente o mau funcionamento da Câmara. ----------

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal ----------

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. ----------

2-Ordem do dia ----------

2.1- Aprovação da ata da reunião ordinária de 30 de junho de 2017 ----------

Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 30 de junho de 2017 que foi aprovada por maioria dos presentes na sessão em causa. ----------**

2.2- Aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento de 2017----------

Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento de 2017 que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor e quatro abstenções. ----------**

2.3- Aprovação da assunção de compromissos plurianuais respeitantes à celebração de Contrato Promessa de Compra e Venda do Prédio Urbano destinado a Casa da Cultura ----------

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para fazer uma pequena apresentação da proposta em análise. Referiu que este é o segundo passo a dar para que a Câmara possa adquirir o imóvel da Casa da Cultura, imóvel emblemático da vila, com 91 anos, que serviu de quartel dos bombeiros até 1987/1989 e hoje funciona como Casa da Cultura. Acha que deve ser motivo de orgulho para os mondinenses este passo que se vai dar no sentido de adquirir esta casa. Referiu também que há poucos dias num certo pasquim dizia que a Câmara iria fazer uma obra em casa alheia. Pois bem, casa alheia é a Câmara comprar o edifício pelo valor que está aqui no contrato, a escritura será feita muito provavelmente na próxima semana, havendo condições, a decisão já foi também aprovada nos órgãos próprios dos bombeiros. A Câmara fará a aquisição do imóvel, fez já a aquisição do imóvel que está ao lado contíguo aquela para ali se fazer o tal projeto da ilusão futura, para nascer ali um grande equipamento cultural. Está já contratualizado um milhão de euros, está assegurado o financiamento de 85%, contratualizados 15% também e está-se em condições, logo que a candidatura seja submetida e aprovada, de iniciar a obra e a partir daí Mondim contará com um equipamento cultural de excelente qualidade que poderá ser desfrutado por todos os mondinenses. Acrescentou que, quando se houve ali dizer «o que é que este executivo fez?», o executivo criou as condições, comprou o imóvel, comprou o imóvel ao lado, contratou um projeto, pagou o projeto, irá submeter a candidatura, assegurou o financiamento e esta obra será uma certeza no próximo mandato. Referiu que queria partilhar com os senhores deputados e o público presente esta satisfação e dizer que aqueles que escreveram no pasquim a dizer que era em casa alheia talvez devam fazer um outro pasquim a corrigir ou fazer uma errata porque de facto não é casa alheia porque a casa vai ser comprada e adquirida muito em breve e esta decisão vai ser tomada hoje. ----------

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer, pedindo desculpa por usar este termo, que o senhor Presidente da Câmara faz às vezes uma figura ridícula. Questionou se a Câmara não vai investir noventa e dois mil euros na casa do Parque Natural do Alvão em Ermelo enquanto que tem a Casa do Fojo abandonada? Isto não é fazer obra em casa alheia? Referiu que os mondinenses ficavam muito

orgulhosos se o senhor Presidente desse um fim útil à Casa da Igreja. Relembrou que em 2007, o Partido Socialista, na presidência do senhor Vereador Paulo Mota, apresentou uma proposta que era a melhor proposta da década em que tinha uma solução para a Casa da Igreja e até dizia que ia combater a desertificação. É que o senhor Presidente da Câmara tem um prédio abandonado que está a cair em ruínas e ainda não conseguiu arranjar uma solução. Já viu o que se está a passar com o Hotel das rãs, já foi vendido, vai ser restaurado, provavelmente numa residencial, e sabe quem é que desfez o nó daquilo? Fernando Gomes. A autarquia queixa-se tanto que não tem dinheiro e vai comprar uma casa. Tem a Casa da Igreja abandonada, tem a Casa do Fojo abandonada, tem o antigo Posto de Turismo abandonado, tem o Mercado Municipal abandonado, tem o auditório municipal que é um armazém abandonado. A questão que está em causa é essa: a autarquia vai comprar uma casa quando tem tanta coisa abandonada. ----------

O senhor deputado Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para fazer uma pequena referência à forma como este contrato-promessa foi apresentado. Cada vez mais o senhor Presidente da Câmara parece que apresenta as coisas contra os deputados da oposição como se (um euro que seja gasto é bem gasto) estivessem contra este tipo de projetos. Não é necessário fazer esse tipo de suspeição de que o que quer que seja que se faça de obra que nós estamos contra. Nós não estamos e sabemos avaliar, aprovar e reconhecer quando assim tem que ser. ----------

O senhor Vereador Paulo Mota usou da palavra para fazer um pequeno aparte pois esta Assembleia começou com uma chamada de atenção aos ataques pessoais mas considera que estas duas últimas intervenções começaram com ataques pessoais. Relativamente ao que está aqui a ser falado sobre a Casa da Cultura, referiu que queria dizer que o executivo não comete erros em cima de erros, e as opções que toma são opções estratégicas. Acrescentou que defende muito mais o investimento na Casa do Parque, no centro da aldeia de Ermelo, do que o investimento na Casa do Fojo. O executivo sabe perfeitamente que tem a Casa do Fojo no estado em que está mas, como instrumento prioritário, entendem que é, a nível turístico e de interesse económico para aquela zona, muito mais interessante continuar a investir no centro da aldeia de Ermelo do que investir na Casa do Fojo e não é pelo facto de terem um imóvel abandonado no

Fojo ou um auditório abandonado na Central de Camionagem, que não tem condições para receber um auditório, que o executivo vai para lá investir. Isto sim seria um erro em cima de um erro. As opções que são tomadas são tomadas de forma consciente e, em seu entender, pode-se discordar obviamente, estrategicamente bem tomadas. Concluiu dizendo que estão aqui a falar de uma ótima notícia que é esta Casa da Cultura e o restauro daquele imóvel, podem ter opiniões diferentes, mas recuperar esta casa emblemática em Mondim que terá certamente um melhor auditório, num melhor espaço, lhe parece uma boa iniciativa. E que não deixa de ser interessante que sempre que existe uma notícia boa para Mondim a estratégia é falar noutra coisa pois, para alguns, é difícil reconhecer o que é bem feito em Mondim. ----------

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da assunção de compromissos plurianuais respeitantes à celebração de Contrato Promessa de Compra e Venda do Prédio Urbano destinado a Casa da Cultura que foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor e duas abstenções. ----------**

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para fazer a sua declaração de voto no sentido da abstenção não por ser contra a compra da Casa da Cultura mas porque a sua abstenção vai no sentido de que primeiro se devem recuperar os prédios municipais, dar o fim para que eles estão destinados, e só depois adquirir outros prédios. ----------

2.4- Aprovação do apoio financeiro a conceder à Freguesia do Bilhó – Concurso Pecuário do Gado Maronês ----------

Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do apoio financeiro a conceder à Freguesia do Bilhó – Concurso Pecuário do Gado Maronês que foi aprovada por unanimidade. ----------**

2.5- Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa ----------

Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa que foi aprovada por unanimidade. ----------**

2.6- Relatório Semestral de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro ----------

O senhor deputado Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para dizer que só queria chamar a atenção à oportunidade que foi perdida no último orçamento que se aprovou e que tinha a ver com o IMI. Na página 11 deste relatório pode constatar-se que entre o primeiro semestre de 2016 e o primeiro semestre 2017, a receita total em termos de impostos, no seu conjunto, a Câmara Municipal recebeu mais quarenta mil euros. Efetivamente foi aprovada a taxa mínima mas na altura o PSD propôs que se fosses mais além e que este município também pudesse aprovar o IMI familiar. Como houve aumento da receita, acha que não se deveria deixar passar esta oportunidade e que o próximo orçamento, que já não será aprovado por esta Assembleia mas pela próxima, não devia deixar de passar a oportunidade de aprovar o IMI familiar porque na sua opinião é uma medida de incentivo à fixação de pessoas e ajuda mais famílias do que aquelas que beneficiam da redução à taxa mínima, porque essa é global, o IMI familiar faz aqui uma discriminação positiva e não se devia deixar passar a oportunidade. ----------

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que o cumprimento do plano de saneamento financeiro tem uma fiscalização rigorosa e mal dos presidentes de câmara que não os cumpram. Deixou o alerta que não é normal mas neste relatório semestral aparece aqui já um aumento da despesa com energia elétrica, a manutenção de despesas com a iluminação pública, despesas com combustíveis, despesas com transportes, despesas com comunicações. Tudo isto aumentou. E depois vem o aumento da receita de impostos e aumento de receitas de taxas e multas que, como é evidente, afeta os contribuintes. Deixa aqui este alerta para essas despesas que são despesas que não se refletem no desenvolvimento do concelho. ----------

Não havendo mais intervenções, foi **deliberado tomar conhecimento do Relatório Semestral de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro.----------**

2.7- Informação do Executivo ----------

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para perguntar qual a razão do processo nº 373/15 se arrastar há tanto tempo, vinte e cinco meses, sobre uma firma que não paga a renda nem entrega o prédio. Na informação refere que foram investidos 23.763 euros no fornecimento contínuo de material diverso para beneficiação da rede abastecimento de água em Pedra Vedra e este ano Pedra Vedra foi fortemente castigada com a falta de água. Referiu que também estava mencionada na informação do executivo a elaboração do projeto de melhoria das Fisgas de Ermelo – aquilo que foi dito aqui é que é prioridade investir na Casa do ICNF e no centro de Ermelo. Para quem diz que quer apostar no turismo e tem um local que é o Miradouro das Fisgas e não tem uma casa de banho, não tem um ponto de informação, não tem um local para comprar uma garrafa de água, se isso é apostar no turismo sinceramente já não sabe o que é apostar no turismo. ----------

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer com espirito democrático que queria agradecer aos senhores deputados e dizer que foi um prazer e elogiar a qualidade, a dignidade e a categoria com que o senhor Presidente da Assembleia dirigiu esta Assembleia. Acha que interpretou bem aquilo que são as funções do Presidente da Assembleia, não só as funções legais e formais coma a própria postura pessoal, da paciência que teve com os senhores deputados, se calhar também consigo, e portanto queria dar-lhe nota que exerceu com categoria e distinção esta função, naturalmente estendendo aos restantes elementos da Mesa também que foram alternando. Agradeceu também a todos os senhores deputados, sem exceção, e referiu que foi um prazer estar aqui e desejou as melhores felicidades a todos, pessoais, políticas, profissionais, em qualquer dimensão da vida, e pediu desculpa se, numa situação ou outra, numa troca de palavras mais acesa, que é normal, possa ter passado limites, se o fez pede desculpa mas gosta da política com alma, com o coração, sente a política, sente Mondim de Basto, não gosta da insinuação, convive muito bem com a crítica, mas se o fez da sua parte fica aqui o pedido de desculpa. ----------

2.8- Intervenção do Público ----------

Sobre este ponto da ordem do dia não se registou nenhuma intervenção. ----------

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO ----------

Tendo terminado as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** ----------

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 7 de dezembro de 2017, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. ----------